



**UNIVERSIDADE “PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS” – UNIPAC
CAMPUS I
CURSO DE GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE – BACHARELADO**

ALINE GISSELE DE CARVALHO LUNA

**A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA
AMBIENTAL**

**BARBACENA
2011**

ALINE GISSELE DE CARVALHO LUNA

**A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA
AMBIENTAL**

Monografia apresentada à disciplina
“Monografia II” do Curso de Geografia e
Meio Ambiente – Bacharelado, da
Universidade “Presidente Antônio Carlos” –
UNIPAC, Campus I, como requisito parcial
para conclusão do curso.

Orientadora: Vilmaria Lucia Rodrigues
Teixeira

**Barbacena
2011**

ALINE GISSELE DE CARVALHO LUNA

**A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES
PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL**

**Monografia apresentada à Universidade “Presidente Antônio Carlos” – UNIPAC,
Campus I, como requisito parcial para a obtenção da Graduação em Geografia,
modalidade Bacharelado.**

BANCA EXAMINADORA

**Bernardino Neves Júnior
Universidade “Presidente Antônio Carlos” - UNIPAC**

**Vilmara Lucia Rodrigues Teixeira
Universidade “Presidente Antônio Carlos” - UNIPAC**

**Vânia Pereira Quintão
Universidade “Presidente Antônio Carlos” – UNIPAC**

Aprovado (a) em ____/____/____

Dedico este trabalho a Deus, pela força e ajuda durante todo período do curso.

Dedico também a minha família pelo apoio, carinho e estímulo necessário e, todas as horas, principalmente nas difíceis.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todas as pessoas que de uma forma ou de outra colaboraram para a realização dessa monografia.

”O sonho obriga o homem a pensar”

Milton Santos

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma breve abordagem sobre a origem da educação ambiental no mundo, apresenta também a formação da consciência ambiental na educação escolar que deve enfatizar o estudo do meio ambiente onde vive o aluno, procurando levantar os problemas da comunidade, as contribuições das ciências, os conhecimentos necessários e as possibilidades para a solução. Aborda os princípios e objetivos da educação ambiental e finaliza com os métodos possíveis do docente para a realização da educação ambiental para desenvolver a consciência ambiental de seus alunos.

Palavras-chave: Escola, Educação Ambiental e Consciência Ambiental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	09
3 A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NA ESCOLA ...	15
4 OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	21
5 A METODOLOGIA DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

A humanidade é parte da natureza e depende dela para sua sobrevivência, mas a civilização, ou o conjunto de caracteres próprios da vida social, política, econômica e cultural da humanidade, proporciona a ela o poder de intervir alterando a natureza em escala sempre crescente, para melhor ou para pior.

A problemática ambiental transformou-se num dos mais sérios desafios que a humanidade tem de enfrentar em curto prazo para despertar uma consciência ambiental. Diante disso a educação ambiental surge como um caminho que pode levar a um despertar de uma consciência, de nosso papel de colaboração e de nossa responsabilidade em nos engajar em processos de mudanças que favoreçam a todos. A educação ambiental toca na essência do indivíduo porque, além de trabalhar o aumento de conhecimentos, se preocupa em sensibilizar e introduzir ou reforçar valores que encorajem posturas, ações e comportamentos que reflitam comprometimento com um mundo melhor. É um meio de aflorar o que cada um tem de melhor e, assim, direcionar esforços para um bem maior.

Esse novo pensar depende de postura mais ousada dos educadores. Assim para Dias (2001), a educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e podem adquirir conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuros.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), trabalhar o tema meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com as atitudes e com a formação dos valores.

A Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) traz em seus princípios o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da interdisciplinaridade. Esta lei determina que a educação ambiental não seja trabalhada na forma de disciplina específica, mas que permeie o currículo de diversas disciplinas. Para tal, é de fundamental importância a sensibilização dos docentes na rede de ensino, para a necessidade do seu engajamento no processo de produção e/ou de construção de novas práticas pedagógicas mediadas pela educação ambiental.

Desse modo a perspectiva ambiental consiste ver o mundo com responsabilidade e ao colocar o tema de Educação Ambiental como objeto de estudo traz fatores determinantes para a formação da consciência ambiental nas pessoas. Portanto, a Educação Ambiental é um instrumento de informação e sensibilização, um componente fundamental para uma reflexão de um modelo de sociedade mais sustentável, indispensável para se exercer a plena cidadania em união com a conservação do meio ambiente e qualidade de vida.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL¹

O estudo sobre a educação ambiental abrange um longo período como deixa evidente nos livros. Dias (2004) relata que em 1864 George Perkin Marsh publicava o livro “O Homem e a Natureza: ou Geografia Física Modificada pela Ação do Homem”, que apresentava um estudo sobre os recursos naturais que estavam sendo esgotados pelo homem no planeta terra e que se não houvesse um cuidado excessivo com esses recursos, logo nossa civilização iria sumir como aconteceu com outras civilizações mais antigas.

A partir da década de 1960 as questões ambientais passam a ser levantadas e a humanidade começa a se preocupar com o esgotamento dos recursos da terra, ao ver as consequências indesejável do desenvolvimento econômico que acabaram gerando um índice elevado de extinção de espécies, desmatamento, poluição de ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, explosão demográfica, diminuição das terras agricultáveis, urbanização desenfreada, uso de agrotóxicos, entre outras.

Na década de 60, o homem experimentou uma abrupta queda de qualidade de vida ocasionada pela rápida degradação ambiental. Em 1962, o mundo conhecia através da linguagem simples da jornalista Rachel Carson em seu livro Primavera Silenciosa, uma seqüência de desastres ambientais, em várias partes do mundo, causados por absoluto descuido dos setores industriais. Buscado em sucessivas edições por um público já alimentado por perdas de qualidade ambiental, o livro se tornaria um clássico dos movimentos preservacionista, ambientalista e ecologista em todo o mundo, e provocaria uma grande inquietação internacional sobre o tema (DIAS, 1991, p.3).

1- Texto adaptado a partir da leitura de A crise ambiental e o papel da Educação; A Educação Ambiental e a Formação para a Cidadania; Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor; Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade; Educação Ambiental: princípios e práticas; O que é educação ambiental; Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento; Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos: Temas Transversais e Propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Em março de 1965, a expressão Educação Ambiental (Environmental Education) surge na Conferência Keele, na Grã-Bretanha.

O Brasil, sem se preocupar com a degradação ambiental ainda naquela época abria as portas do país para as instalações de grandes indústrias no território, para alcançar o avanço tecnológico e receber grandes investimentos.

Em 1968 foi realizada em Roma uma reunião chamada de “Clube de Roma”, composta por cientistas, tecnocratas e políticos que discutia o consumo e as reservas naturais não renováveis e o crescimento da população.

As conclusões do “Clube de Roma” deixam clara a necessidade urgente de se buscar meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, além de se investir numa mudança radical na mentalidade de consumo e procriação. Seus participantes observam que: ‘O homem deve examinar a si próprio, seus objetivos e valores. O ponto essencial da questão não é somente a sobrevivência da espécie humana, porém, ainda mais, a sua possibilidade de sobreviver sem cair em estado inútil de existência (REIGOTA, 1994, p.13 e 14).

Através dessa reunião, surge a publicação do livro “Limites do Crescimento” (The limits of Growth), cujo objetivo central era empreender uma análise a respeito do complexo de problemas que atinge as populações, tais como miséria, urbanização desenfreada, desemprego, instabilidade econômica; bem como um estudo sobre o consumo e as possibilidades, por parte do planeta, de suportar os desgastes daí decorrentes. O texto da obra circundava, portanto, as questões relativas à degradação do meio ambiente e os limites de desenvolvimento dos homens (JIMENEZ, 2009).

Em 1969 na Grã-Bretanha, foi fundada a Sociedade de Educação Ambiental e um movimento em torno da Ecologia se iniciava e Artistas, políticos e a própria imprensa européia dedicavam espaços crescentes ao tema e nomes como Frank Fraser Darling, Paul Ehrlich e René Dubos popularizaram o termo em todo o mundo.

Em 1970 foi publicado pela Sociedade Audubon um clássico da literatura sobre educação ambiental “Um lugar para viver” (A place to live), um manual para professores que incorporava a dimensão ambiental em várias atividades curriculares (DIAS, 1991).

Na evolução histórica da questão ambientalista, em 1972 é realizada a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). No mesmo ano, promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas), de 5 a 16 de junho, na Suécia, a Conferência de Estocolmo ou a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente teve a participação de chefes de 113 Estados no debate sobre os vínculos existentes entre desenvolvimento e meio ambiente (JIMENEZ, 2009). Rita de Cássia Soares Santos em Secretária de Estado da

Educação-MG (2002) afirma que o objetivo da conferência de Estocolmo é estabelecer uma estratégia para a preservação global e que estudos preliminares realizado para subsidiar a Conferência evidenciaram as vinculações entre pobreza, desigualdade de renda e deterioração ambiental. A conferência de Estocolmo discutiu a ação conjunta entre países do Norte e do Sul para a construção de modelos de desenvolvimento não-predatórios, sugerindo o repasse de financiamentos e tecnologias aos países em desenvolvimento. Resultou na formalização da questão ambiental e tornou-se um marco, para que os governos estabelecessem órgãos oficiais e políticas nacionais de meio ambiente. Avaliou pela primeira vez a importância da ação educativa nas questões ambientais, gerando o primeiro “programa Internacional de Educação Ambiental”, consolidado em 1975 pela conferência de Belgrado (MINAS GERAIS, 2002).

De acordo com Reigota (1994) uma resolução importante da Conferência de Estocolmo foi a de que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. Podemos então considerar que aí surge o que se convencionou chamar de Educação Ambiental.

Em 1975 na cidade de Belgrado na ex-Iugoslávia, atual Sérvia, realizou um encontro internacional sobre educação ambiental, reunindo representantes de 65 países. O encontro culminou com a formulação dos princípios e orientações para um programa internacional de educação ambiental, segundo o qual esta deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais, e voltada para os interesses nacionais.

Assim, desse encontro gerou a "Carta de Belgrado", um documento de grande significado para a evolução da educação ambiental, que discutia a necessidade de uma nova ética global, que proporcionasse o fim da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, e da dominação e exploração humana. A carta define os objetivos da educação ambiental e também declara que os recursos do mundo deveriam ser utilizados de um modo que beneficiasse toda a humanidade e proporcionasse a todos a possibilidade de aumento da qualidade de vida.

Em 1977 em Tbilisi, na Geórgia (ex-URSS) foi realizada a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, sua organização ocorreu a partir de uma parceria entre a UNESCO e o então ainda recente Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA), que reuniu especialistas de todo o mundo para discutir os problemas ambientais e as soluções sugeridas nos vários encontros sub-regionais em todos os países. A conferência solicitou que os Estados-Membros que incluíssem em suas políticas de educação medidas que visassem à incorporação dos conteúdos, diretrizes e atividades ambientais nos seus sistemas, e convidou as autoridades de educação a intensificar seus trabalhos de reflexão, pesquisa e

inovação com respeito à educação ambiental. Pediu ainda a colaboração de troca de experiências, pesquisas, documentação e serviços para a formação do pessoal docente e dos especialistas de outros países, e à comunidade internacional que ajudasse a fortalecer essa colaboração em uma esfera de atividades que simbolizasse a necessária solidariedade de todos os povos. A conferência vai precisar a natureza da educação ambiental, definindo-lhe objetivos, características, recomendações e estratégias, bem como reforça a necessidade urgente de investigação de novos métodos e materiais educativos. Com o enfoque interdisciplinar orientado para a resolução de problemas concretos do meio ambiente.

Conforme Dias (1991) a conferência de Tbilisi recomendou a adoção de alguns critérios para o desenvolvimento da educação ambiental: que fossem considerados todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, os aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, éticos, culturais e ecológicos; que a educação ambiental deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitem a visão integrada do meio ambiente; que os indivíduos e a coletividade possam, através da educação ambiental, compreender a natureza complexa do meio ambiente, e adquirir os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar eficazmente na prevenção e solução dos problemas ambientais; mostrar com toda clareza as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem produzir conseqüências de alcance internacional; que suscite uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade, e enfocá-los através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora; que seja concebida como um processo contínuo, dirigido a todos os grupos de idade e categorias profissionais.

Segundo Ministério da Educação, após três anos da Conferência de Tbilisi, a UNESCO e o PNUMA iniciam juntos a estruturação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), desenvolvendo uma série de atividades em várias nações. A esta altura, o Brasil já havia admitido a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino com vistas à conscientização pública para a conservação do meio ambiente.

Em 1987 é lançado o livro “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future) pela Comissão Brundtland, conhecido também como relatório Brundtland, que relata sobre a promoção do “desenvolvimento sustentável”, considerado como aquele que satisfaz as necessidades das atuais gerações sem comprometer a das futuras, atendendo ao equilíbrio

social e ecológico e prioritariamente às necessidades dos mais pobres, e é através desse livro que se enfatiza a importância da educação ambiental para a solução dos problemas e o conceito de desenvolvimento sustentável se torna mais conhecido. Os termos do relatório forneceram subsídios temáticos para a realização da segunda conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92 ou Rio-92, realizada no Brasil (MINAS GERAIS, 2002).

A Conferência realizou na cidade do Rio de Janeiro em 1992, reunindo a participação de chefes de Estado, delegações oficiais, representantes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Paralelamente aos eventos oficiais, ocorreram o fórum Global das ONGs e a Conferência Mundial dos Povos Indígenas. Os documentos aprovados na Rio 92 são a declaração do Rio, a Convenção das Mudanças Climáticas, a Convenção da Biodiversidade, a Declaração das Florestas e a Agenda 21. Os debates ocorrentes no Século XX, com ênfase para as Conferências do Rio e de Estocolmo, vieram consolidar a necessidade da mobilização de atores nos níveis global, regional e local para a promoção de um novo paradigma de desenvolvimento compatível com a preservação dos recursos naturais.

De acordo com os preceitos da Agenda 21, deve-se promover, com a colaboração das organizações não-governamentais, inclusive as organizações de mulheres e de populações indígenas, todo tipo de programas de educação de adultos para incentivar a educação permanente sobre meio ambiente e desenvolvimento, centrando-se nos problemas locais.

As indústrias devem estimular as escolas técnicas a incluírem o desenvolvimento sustentável em seus programas de ensino e treinamento. Nas universidades, os programas de pós-graduação devem contemplar cursos especialmente concebidos para capacitar os responsáveis pelas decisões que visem ao desenvolvimento sustentável (DIAS, 2000).

Em cumprimento às recomendações da Agenda 21 e aos preceitos constitucionais, é aprovado no Brasil o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que prevê ações nos âmbitos de Educação Ambiental formal e não-formal. Na década de 1990, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) desenvolvem diversas ações para consolidar a Educação Ambiental no Brasil (DIAS, 2000).

Várias Organizações Estaduais do Meio Ambiente (OEMAs) implantam programas de Educação Ambiental e os municípios criam as secretarias municipais de meio ambiente, as quais, entre outras funções, desenvolvem atividades de Educação Ambiental.

Paralelamente, as ONG's têm desempenhado importante papel no processo de aprofundamento e expansão das ações de Educação Ambiental que completam e, muitas vezes, impulsionam iniciativas governamentais.

Outro documento internacional de extrema importância elaborado pela sociedade civil planetária foi o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que além de concretizar o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental, ocupa-se como um instrumento de transformação social, política, ideologicamente comprometendo com a mudança social, apresenta também como elemento que ganha destaque em função da alteração de foco do ideário desenvolvimentista para a noção de sociedades sustentáveis construídas a partir de princípios democráticos, em propostas participativas de gestão ambiental e de responsabilidade global.

No Brasil, a partir de 1970, o poder público assumiu a questão ambiental como caráter político, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), que atuava especificamente em situações de desmatamento de grandes áreas em prol da construção das grandes cidades; com efeito, suas ações não surtiram efeitos práticos na preservação da natureza. Em 1984, em Sorocaba-SP, ocorre o primeiro encontro Paulista de Educação Ambiental, que reuniram praticantes e pesquisadores em que a educação ambiental foi discutida no Brasil pela primeira vez considerando as especificidades do país, e não somente os acontecimentos e discussões dos países europeus acerca do meio ambiente (JACOBI, 2003).

Chiavenato, Citado por Leite (2011), afirma que a constituição brasileira, promulgada em 1988, dedicou um capítulo inteiro à questão dos problemas ambientais, visando assegurar direitos e determinar obrigações, prioridades e competências relativas ao meio ambiente. O que, no entanto, não significou a diminuição dos problemas ambientais no Brasil, que é mundialmente conhecido pela devastação das florestas, pela caça e pesca predatórias, etc.

A Constituição Federal do Brasil, no artigo 225, afirma que:

CAPITULO VI - DO MEIO AMBIENTE o Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1998).

De acordo com Ministério da Educação ocorre um debate para a elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental que coincide com a iniciativa da UNESCO de implementar a Década da Educação para Desenvolvimento Sustentável

(2005-2014). A Década da Educação para Desenvolvimento Sustentável pode potencializar as políticas, os programas e as ações educacionais já existentes, multiplicando oportunidades inovadoras.

Atualmente no país há cursos de especialização em Educação Ambiental e a tendência é crescer a demanda de especialista, por todo o país.

Reigota (1994) afirma que se por um lado temos uma grande diversidade de prática que se autodefinem como sendo “educação ambiental”, mostrando a sua criatividade e importância por outro lado temos prática muito simples que refletem ingenuidade, oportunismo e confusão teórica, conceitual e política.

Como afirma Chiavenato, citado por Leite (2011), não bastam leis pra se proteger o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável, é preciso que se desenvolva uma educação ambiental a partir da qual as pessoas se conscientizem da necessidade de proteger o planeta e garantir a vida, por meio do slogan “pensar globalmente, agir localmente”, que segundo ele significa que o homem precisa ter a consciência de que seus atos inconseqüentes em relação ao meio ambiente atingem a humanidade como um todo, ao mesmo tempo em que faz-se necessário que se desenvolvam algumas ações mínimas, para que seja possível chegar ao desenvolvimento sustentável, preservando os recursos naturais.

3 A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NA ESCOLA²

No parecer nº 226/87 do Conselho Federal de educação sobre “Educação Ambiental” orienta o sistema escolar de educação, baseando-se no princípio de flexibilidade curricular, incluindo a temática de educação ambiental na educação geral. Segundo o relatório sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio postula que frente às transformações aceleradas por que passa o mundo, pela nova geografia política do planeta, a globalização econômica e as revoluções tecnológicas, a fragmentação gerada pelo excesso e velocidade da

2- Texto elaborado a partir da leitura de A Prática da Educação Ambiental nas Escolas, Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor; Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade; Educação Ambiental para um Futuro Melhor: Formação de uma Consciência Cidadã e Ambiental na Escola Pública; Lei 9.795, de 27 de abril de 1999; O que é Educação Ambiental? Definições de Educação Ambiental; Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos: Temas Transversais; Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia para atividades em sala de aula.

informação, as preocupações com a sustentabilidade do desenvolvimento, torna-se fundamental a adoção de formas menos predatórias de utilização dos recursos naturais. Nessas condições, faz-se necessária a preparação dos recursos humanos para o atendimento dessas premissas, o que supõe desenvolver capacidade de assimilar mudanças tecnológicas e adaptar-se a novas formas de organização do trabalho; permitir um prolongamento da escolaridade e a ampliação das oportunidades de continuar aprendendo. Formas equilibradas de gestão dos recursos naturais, por outro lado, exigem políticas de longo prazo, geridas ou induzidas pelo estado e sustentadas de modo contínuo e regular por toda a população, na forma de hábitos preservacionistas racionais e bem informados (MINAS GERAIS, 2002, p.85).

Como ressalta Jacobi (2003) o desafio depende, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável (JACOBI, 2003, p.193).

Como afirma Reigota, citado por Jacobi (2003), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos.

De acordo com Stapp et al , citado por Adams, é como um processo que tem como objetivo a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas.

Para Pádua e Tabanez, citado por Jacobi (2003), propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

Para Santos, citado por Adams, é o processo educacional de estudos e aprendizagem dos problemas ambientais e suas interligações com o homem na busca de soluções que visem à preservação do meio ambiente.

Desse modo, Filho afirma que é um processo de aprendizado que busca formar uma consciência sobre a postura do homem em relação ao meio ambiente. Tem como objetivo

informar e sensibilizar as pessoas sobre os problemas ambientais e suas possíveis soluções, buscando transformar os indivíduos em participantes das decisões de sua comunidade. Daí a importância de trabalhar desde cedo à educação do meio ambiente no ensino formal, sendo integrada ao currículo de forma a promover uma melhor aprendizagem e despertar a sensibilização do aluno, contextualizando com a sua realidade na formação do cidadão crítico e participativo.

Conforme os preceitos estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), a escola deve proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende que seus alunos apreendam, para que possa, de fato, contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele.

Outra questão que aborda os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), é que cabe à escola também garantir situações em que os alunos possam pôr em prática sua capacidade de atuação. O fornecimento das informações, a explicitação e discussão das regras e normas da escola, a promoção de atividades que possibilitem uma participação concreta dos alunos, desde a definição do objetivo, dos caminhos a seguir para atingi-los, da opção pelos materiais didáticos a serem usados, dentro das possibilidades da escola, são condições para a construção de um ambiente democrático e para o desenvolvimento da capacidade de intervenção na realidade.

Para Travassos (2004), o desenvolvimento de uma educação ambiental requer que a escola elabore um projeto pedagógico coerente para assim permitir uma melhor realização de qualquer programa relacionado com a conscientização ambiental.

No entanto, a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, Brasil (2011) que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências determina que a sociedade deve manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades, propiciando a atuação efetiva na prevenção, na identificação e na solução de problemas ambientais. No capítulo II, § 3º da lei fica estabelecido que:

As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para: I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino; II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental; III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental; IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental; V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo; VI - a montagem de uma rede

de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V (BRASIL, 2011).

Desse modo, Travassos (2004) afirma que todos os segmentos da educação devem estar envolvidos com a educação para o meio ambiente de forma interdisciplinar, pois a troca de conhecimento entre especialistas de cada área reforça o desenvolvimento de conceitos. Assim cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, como os demais Temas Transversais. Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre estes e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade.

Segundo o programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola (2001), o professor tem uma compreensão crítica da educação e da Educação Ambiental; contudo, as situações de aprendizagem relacionadas com a temática ambiental acabam, ainda, muitas vezes, mantendo suas bases fixadas no modelo tradicional de educação. E ao se trabalhar educação ambiental na escola, deve-se procurar uma prática pedagógica bem estimuladora para despertar o interesse dos alunos, com isso terá uma interação bem maior no processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho pedagógico com a questão ambiental centra-se no desenvolvimento de atitudes e posturas éticas e no domínio de procedimentos mais do que na aprendizagem de conceitos. Desse modo, é interessante trabalhar os conceitos ambientais de forma atrativa, por meio de atividades lúdicas para despertar a consciência do aluno (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, a educação ambiental não deve constituir uma disciplina, já que não existe um conteúdo único, mas sim vários, dependendo das faixas etárias a que se destinam e dos contextos educativos em que se processam as atividades. Por “ambiente” entende-se não apenas o entorno físico, mas também os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos inter-relacionados. (REIGOTA, 1994, p.35). Como Travassos (2004) afirma as escolas precisam oferecer condições de estudo e aperfeiçoamento aos professores, promovendo, entre outras ações, seminários e cursos especialistas na área de educação ambiental para que os professores que não possuem uma formação acadêmica consistente, possam desenvolver a educação para o meio ambiente de forma interdisciplinar e não se relacione com uma prática baseada na repetição de conceitos ambientalistas.

O estudo do meio ambiente através da transversalização do tema no currículo escolar, conforme proposto pelo PCNs e em particular pela proposta do Programa Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola, busca uma ética de respeito tanto ao passado como o futuro; vai desde o reconhecimento da importância das culturas tradicionais até o conceito de desenvolvimento sustentável.

De modo geral, a transversalidade diz respeito à possibilidade de estabelecer, na prática educativa, uma relação entre a aquisição de conhecimentos teóricos (aprender sobre a realidade) e o conhecimento das questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e com a realidade). É esse caráter de integração entre o mundo teórico e o mundo real que fundamenta o trabalho da questão ambiental na escola - ou seja, o estabelecimento de relações entre as disciplinas e a aplicação de seus conhecimentos à realidade (Programa Parâmetros em Ação, Meio Ambiente na Escola, 2001, p.13).

No entanto Travassos (2004) afirma que as organizações não governamentais e os órgãos públicos ligados ao setor de meio ambiente deveriam se integrar com as escolas para desenvolverem projetos e metodologias de educação ambiental na área pedagógica, de forma coerente e dentro de uma filosofia holística já que os conceitos ecológicos existem e estão bem definidos nos programas escolares.

Dessa forma Jacobi (2003) menciona que a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação.

Assim os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), destaca que o cidadão deve perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente. Já que a educação ambiental é um instrumento de informação e sensibilização, um componente fundamental para uma reflexão de um modelo de sociedade mais sustentável, indispensável para se exercer a plena cidadania em união com a conservação do meio ambiente e qualidade de vida.

Desse modo Travassos (2004), afirma que para se ter uma mudança radical de mentalidade para melhorar a qualidade de vida o Fórum Global da ECO-92, no Rio de Janeiro, foi lançado, no dia 07 de Junho o "Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global", que poderia servir de guia para as atitudes a serem desenvolvidas com os alunos. Segundo este tratado a Educação Ambiental:

Deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, e não-formal, promovendo a transformação e a construção da sociedade para formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações através de uma responsabilidade individual e coletiva que estimule a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas para se envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar que integra conhecimentos, aptidão, valores, atitudes e ações que ajude a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

A metodologia interdisciplinar esta apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais e está relacionada com a educação ambiental

Entretanto, não se pode esquecer que a escola não é o único agente educativo e que os padrões de comportamento da família e as informações veiculadas pela mídia exercem especial influência sobre os adolescentes e jovens. No que se refere à área ambiental, há muitas informações, valores e procedimentos aprendidos pelo que se faz e se diz em casa. Esses conhecimentos poderão ser trazidos e debatidos nos trabalhos da escola, para que se estabeleçam as relações entre esses dois universos no reconhecimento dos valores expressos por comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 1998, p187).

Para Reigota (1994), a aula funciona como um recurso didático importante sempre que busca relacionar os problemas ambientais vividos cotidianamente pelos alunos com conhecimento científico existente sobre os mesmo.

De acordo com o Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola (2001), os temas da atualidade exigem uma permanente atualização; e fazê-lo junto com os alunos é uma excelente oportunidade para que eles vivenciem o desenvolvimento de procedimentos elementares de pesquisa e construam, na prática, formas de sistematização da informação, medidas, considerações quantitativas, apresentação e discussão de resultados etc. O papel dos professores como orientadores desse processo são de fundamental importância. Essa vivência permite aos alunos perceber que a construção e a produção dos conhecimentos são contínuas e que, para entender as questões ambientais, há necessidade de atualização constante.

Assim, a problemática socioambiental, ao questionar ideologias teóricas e práticas, propõe a participação democrática da sociedade na gestão dos seus recursos atuais e potenciais, como no processo de tomada de decisões para a escolha de novos estilos de vida e

a construção de futuros possíveis, sob a ótica da sustentabilidade ecológica e a equidade social. (MINAS GERAIS, 2002).

Nesse sentido, percebe-se a grande responsabilidade do professor na sistematização do conhecimento aliado a uma pedagogia motivadora, que desperte o interesse do aluno e socialize o conhecimento, contribuindo para uma nova construção dialógica entre a participação da coletividade humana, voltada para o desenvolvimento sustentável no meio ambiente.

4 OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL³

Realizou-se em 1975 um encontro internacional sobre educação ambiental, na cidade de Belgrado na antiga Iugoslávia, e tinha como objetivo definir as diretrizes para um programa internacional para Educação Ambiental, em que a mesma deveria ser "(...) contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais" (DIAS, 2004, p. 80).

Através desse encontro Dias (2004) afirma que surge a "Carta de Belgrado"⁴ e Reigota (1994) relata que foram definidos seis objetivos indicativos da educação ambiental expresso nessa Carta de Belgrado, que são os seguintes:

A Conscientização, que leva os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global e de problemas conexos e de se mostrarem sensíveis ao mesmo.

O Conhecimento, desperta nos indivíduos e nos grupos que adquirirem uma compreensão essencial do meio ambiente global, dos problemas que estão a ele interligados e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano.

O Comportamento, conduz os indivíduos e os grupos a adquirir o sentido dos valores

3- Texto realizado a partir da Leitura de Educação Ambiental: Conceitos e Princípios; Educação Ambiental: princípios e práticas; Educação Ambiental, Qualidade de Vida e Sustentabilidade e a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999.

4- A Carta de Belgrado é um documento que define os objetivos da educação ambiental e preconiza uma nova ética para promover a erradicação da pobreza, do analfabetismo, da fome, da poluição, da exploração e de todas as formas de dominação humana.

sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para sua proteção e qualidade.

A Competência, estimula os indivíduos e os grupos a adquirir o *savoir-faire* necessário à solução dos problemas, com auxílio técnico para resolver os problemas ambientais.

A Capacidade de Avaliação, impulsiona os indivíduos e os grupos a avaliar medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa.

A Participação, proporciona os indivíduos e os grupos a perceber suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para a solução dos problemas ambientais.

Assim a educação ambiental tem como objetivo, portanto, formar a consciência dos cidadãos e transformar-se em filosofia de vida de modo a levar a adoção de comportamentos ambientalmente adequados, investindo nos recursos e processos ecológicos do meio ambiente. A educação ambiental, deve necessariamente transformar-se em ação (PELICIONI, 1998, p.21).

Segundo Marcatto (2002), os princípios que devem nortear programas e projetos de trabalho em educação ambiental de acordo com a Conferência de Tbilisi são:

Considerar o ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e artificiais, tecnológicos e sociais (econômico, político, técnico, histórico-cultural e estético);

Construir-se num processo contínuo e permanente, iniciando na educação infantil e continuando através de todas as fases do ensino formal e não formal;

Empregar o enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, para que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;

Examinar as principais questões ambientais em escala pessoal, local, regional, nacional, internacional, de modo que os educandos tomem conhecimento das condições ambientais de outras regiões geográficas;

Concentrar-se nas situações ambientais atuais e futuras, tendo em conta também a perspectiva histórica;

Insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional e internacional, para prevenir e resolver os problemas ambientais;

Considerar, de maneira clara, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento;

Fazer com que os alunos participem na organização de suas experiências de aprendizagem, proporcionando-lhes oportunidade de tomar decisões e de acatar suas consequências;

Assim, as organizações não governamentais reunidas no Fórum Global da Rio-92 formularam um trabalho de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global estabelecendo alguns princípios para a educação ambiental, que são citados por Pelicioni (1998):

A educação ambiental é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores; Deve ter como base o pensamento crítico e inovador em qualquer tempo ou lugar em seus modos formal, não formal e informal promovendo a transformação e a construção da sociedade; É individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações; A educação ambiental não é neutra, mas ideológica; Deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

De acordo com a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, vêm estabelecer os princípios básicos da educação ambiental em seu artigo 4º:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Acredito que se houvesse uma sociedade, mas consciente dessas ações em relação ao meio ambiente e que todos comungassem os objetivos e princípios da educação ambiental certamente viveríamos em uma sociedade mais sustentável e auto-suficiente capaz de viver em harmonia com a natureza e livre de vários problemas que preocupa a sociedade atual.

5 A METODOLOGIA DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL⁵

A educação ambiental tem como objetivo formar a consciência dos cidadãos e transformar-se em filosofia de vida de modo a levar a adoção de comportamentos ambientalmente adequados, investindo nos recursos e processos ecológicos do meio ambiente.

Atualmente, diversos países no mundo inteiro vem discutindo de forma considerável a questão do resgate e da preservação ambiental, especialmente em virtude dos fenômenos naturais causados pela constante mudança climática decorrentes dos danos provocados, principalmente do ser humano; que, ao longo de toda a história, faz uso indiscriminado dos recursos naturais, sem a menor preocupação com a consequências dessa irresponsabilidade (JACOBI, 2003).

Chiavenato, Citado por Leite (2001), diz que é importante ressaltar que muitos problemas ambientais são globalizados, como por exemplo, o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a contaminação dos oceanos, a destruição de grandes áreas, as exportações de produtos tóxicos, entre outros problemas de impacto mundial. Mas esses problemas precisam ser apresentados aos alunos partindo dos impactos locais e regionais, para posteriormente chegar à análise dos impactos nacionais e global.

O processo de ensino-aprendizagem em Educação Ambiental fundamenta-se numa visão complexa e sistêmica das realidades ambientais concebidas como problemas e potencialidades, visando à compreensão de suas inte-relações e determinações.

Muitos são os métodos possíveis para a realização da educação ambiental. O mais adequado é que cada docente estabeleça o seu, e ao preparar seu método de ensino que utilize a criatividade diante os desafios que encontra o cotidiano e ao construir com os alunos as etapas de um programa de educação ambiental, o educador passa a ser um facilitador que os incentive a partilhar suas experiências, que lhes oferece meios de despertar o interesse por assuntos socioambientais e que transmite a eles a noção de que todos podem e devem dar uma contribuição para um mundo melhor, estimulando ações e comportamentos éticos que beneficiam a todos (REIGOTA, 1994).

5- Texto construído a partir da leitura de A Educação Ambiental e a Formação para a Cidadania; Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade; O que é educação ambiental e Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos: Temas Transversais

Reigota afirma ainda que a aula expositiva é mais importante que as modernas, pois o aluno deve ter contato com o professor, deve ouvir experiências alheias e o professor tem muito a contribuir ao aluno, levando-o a refletir sobre os problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta (BRASIL,1998).

Para que os alunos possam compreender a complexidade e a amplitude das questões ambientais é fundamental oferecer-lhes a maior diversidade possível de experiências, podendo ser discutidos diversos temas como a poluição do ar e da água, o lixo urbano, a extinção de animais, o desmatamento e as queimadas, a produção e consumo de energia entre outros; levando o aluno a ter contato com os fatos que ocorrem no seu dia a dia onde terá contato com diferentes realidades, relacionados com o conhecimento científico específico das disciplinas curriculares (JACOBI, 2003).

Os professores podem ensinar observando e valorizando as iniciativas dos alunos de interagir de modo criativo e construtivo com os elementos do meio ambiente de modo que os mesmos descubram sons nos objetos do ambiente, expressam sua emoção por meio de atividades de pintura, poesia, ou fabricam brinquedos com sucata, descobrem marcos de paisagem entre a casa e a escola, ou ainda utilizam/inventam receitas para aproveitamento de sobras de alimentos.

A aula funciona como recurso didático importante sempre que busca relacionar os problemas ambientais vividos cotidianamente pelos alunos e o conhecimento científico existente sobre os mesmos.

O recurso didático adotado pelo professor pode ser diverso desde os muito simples ou os sofisticados, porém qualquer que seja a sua característica, a sua boa aplicação dependerá da sua criatividade.

De acordo com Reigota (1994) existem alguns métodos para realizar a Educação Ambiental, como o método passivo, método ativo, método descritivo, método analítico, método interdisciplinar, método de histórias de vida e pedagogia do projeto.

O método não muito recomendado é método passivo que consiste na fala apenas do professor. O método ativo o aluno participa das atividades, através do diálogo desenvolvendo seu comportamento e conhecimento. No método descritivo propõe aprender a definição de conceitos através da visualização de exemplo procurado descrever as características observadas. O método analítico os alunos completam a descrição aos dados e informações adquiridas com pesquisas, respondendo assim questões sobre o tema em estudo. No método interdisciplinar diferentes disciplinas realizam atividades comuns sobre o mesmo tema e abordam as possíveis contribuições para cada disciplina. O método de histórias de vida, que

parte do levantamento pelos alunos de histórias relacionadas sobre um tema ambiental, vividas pelos alunos, familiares, etc. Após os relatos, os professores analisam os problemas de forma comparativa. Observando as causas e conseqüências, procurando encontrar soluções para alguns deles. A pedagogia do projeto envolve toda a escola e inclusive os pais de alunos, no estudo de um tema específico buscando sempre soluções para aos problemas de uma forma que desenvolva a aprendizagem, utilizando o conhecimento geral ou individual, empregando a interdisciplinaridade e procurando sempre integrar a comunidade ao tema em discussão.

Nesse sentido, o ensino adotado pelo professor deve ser organizado de forma a proporcionar oportunidades para que os alunos possam utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender a sua realidade e atuar nela, por meio do exercício da participação em diferentes instâncias: nas atividades dentro da própria escola e nos movimentos da comunidade. É essencial resgatar os vínculos individuais e coletivos com o espaço em que os alunos vivem para que se construam essas iniciativas, essa mobilização e envolvimento para solucionar problemas. (BRASIL, 1998).

Desse modo, Jacobi (2003) afirma que a educação é uma intervenção no mundo e o desafio político-ético da educação ambiental, apoiado no potencial transformador das relações sociais, encontra-se estreitamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção de uma cidadania ambiental”. Pois como processo histórico-humano, a Educação Ambiental, formal ou informal, não pode negar-se a missão de transformar o que aí está posto e exposto pelas autoridades científicas mundiais no tocante à ameaça ao planeta Terra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental passou a ser uma das mais importantes exigências educacionais em todos os níveis e modalidades do processo educativo contemporâneas em todo o mundo, não se restringindo a transmitir conhecimentos sobre a natureza, mas buscando a ampliação da participação de cada indivíduo na gestão dos recursos naturais.

A importância da educação ambiental para o Brasil consiste na construção de sociedades sustentáveis que preserve e estabeleça harmonia entre a natureza e o homem, para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio, e ao mesmo tempo, possibilitar um desenvolvimento social justo, permitindo que as sociedades humanas atinjam uma melhor qualidade de vida em todos os seus aspectos.

Acredito que o docente deve proporcionar oportunidades aos seus alunos a fim de ajudá-los a construir uma consciência global das questões relativas ao meio ambiente para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria.

Assim, penso que a educação ambiental para a formação da cidadania deve ter como ótica a construção da consciência ambiental, pois uma vez que transformada a mentalidade do ser humano poderá se obter a conscientização da população para que se tornem conscientes e tomem atitude em prol do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Berenice Gehlen. O que é Educação Ambiental? Definições de Educação Ambiental. Disponível em: < <http://www.apoema.com.br/definicoes.htm>>. Acesso em: 12 de setembro de 2011.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2011.

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia para atividades em sala de aula. / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC; SEF, 2001. <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-verde/SALA%20CHICO%20MENDES/WEBDOCUMENTOS/guia%20de%20meio%20ambiente.pdf>>. Acesso em: 08 de outubro de 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:LFGkIzvxIvoJ:portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf+Brasil.+Minist%C3%A9rio+da+Educa%C3%A7%C3%A3o.+Proposta+de+Diretrizes+Curriculares+Nacionais+para+a+Educa%C3%A7%C3%A3o+Ambiental.data+de+publica%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgmPEiz4t66HkTgAUUa1mSPz6ffkAuFF6iXqhbKf6ytpqhaEk0ax26mUTb_I3x1z1iXuVSVHCZbn1cXtBA-HXkN5Zs-ekatGelYNP7yujlj8y2UaijoRCAN1ZXNGsfpa7S9OhsP&sig=AHIEtbQ2ivoEaVcLO-Y5x3rl8noMAq7biA> Acesso em: 20 de agosto de 2011.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos: Temas Transversais.** Secretaria de Educação Fundamental/Ministério da Educação. Brasília, DF, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 6 ed. São Paulo: Gaia, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento.** 10 ed. Brasília, 1991.

FILHO, Hermes de Oliveira Machado et al. Educação Ambiental para um Futuro Melhor: Formação de uma Consciência Cidadã e Ambiental na Escola Pública. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/prolicen/ANAIS/Area5/5CCENDSEPLIC01.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Caderno de Pesquisas. São Paulo: n. 118, mar.2003, p. 189-205. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 08 de outubro de 2011.

JIMENEZ, Susana; TERCEIRO, Emanoela. A crise ambiental e o papel da Educação: um estudo fundado na ontologia marxiana. Educ. rev. vol.25 no.3 Belo Horizonte Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982009000300015&script=sci_arttext> Acesso em: 20 de agosto de 2011.

LEITE, Maqcilene da Silva. A Educação Ambiental e a Formação para a Cidadania. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1906/1/2011_MaqcilenedaSilvaLeite.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2011.

MARCATTO, Celso. Educação Ambiental: Conceitos e Princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/7028363/Educacao-Ambiental-Conceitos-Principios>>. Acesso em: 22 de outubro de 2011.

MINAS GERAIS. Secretária de Estado da Educação. **Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental, Qualidade de Vida e Sustentabilidade Saúde soc. [online]. 1998, vol.7, n.2, pp. 19-31. ISSN 0104-1290. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12901998000200003>>. Acesso em: 13 de outubro de 2011.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TRAVASSOS, Edson Gomes. **A Prática da Educação Ambiental nas Escolas**. Porto Alegre: Mediação, 2004.